

# MOVIMENTO FEMINISTA E EDUCAÇÃO: CARTAS DE MARIA LACERDA DE MOURA PARA BERTHA LUTZ (1920-1922)

ÂNGELA MARIA SOUZA MARTINS<sup>1</sup>

NAILDA MARINHO COSTA<sup>2</sup>

---

## Resumo

Este artigo analisa as cartas enviadas por Maria Lacerda de Moura a Bertha Lutz entre 1920 e 1922. As cartas foram encontradas a partir de uma pesquisa institucional cujo objetivo foi identificar o ideário educativo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Refletimos sobre a utilização da carta missiva como fonte de pesquisa, visto que pode revelar traços, pistas e sinais, como assinala Ginzburg, não somente das histórias individuais dessas mulheres, mas de suas histórias coletivas e, também, da sociedade em que viveram. Mostramos que, apesar de algumas confluências na luta pela educação feminina, existiam diferenças nas concepções de Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura, pois a trajetória de ambas apresenta peculiaridades que conduzem a diferentes visões de mundo.

**Palavras-chave:** Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Maria Lacerda de Moura. Bertha Lutz.

## Abstract

This article analyzes the letters sent by Maria Lacerda de Moura to Bertha Lutz between 1920-1922. The letters were found from an institutional research whose aim was to identify the educational ideals of Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. We reflect on the use of the letter as a source of research that can reveal traces, tracks and signals, as Ginzburg points out, not only the individual histories of

---

1 Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestrado em Educação pelo IESAE da Fundação Getúlio Vargas – RJ e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é Professora Associada 4 aposentada, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

2 Doutora em Educação, na área de História e Filosofia da Educação, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – 2003; Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – 1996; Especialista em Administração de Sistemas de Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) – 1989; Graduada em Arquivologia pela UFF – 1987; Graduada em Pedagogia pela UFRJ – 1983. Professora Associada da UNIRIO atuando na Graduação e na Pós-Graduação. Na UNIRIO, é líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (NEPHEB – UNIRIO), coordenando o Laboratório para o Ensino de Filosofia e História da Educação (LEFHE). Pesquisadora da FAPERJ do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado (2012-2015). É sócia fundadora da Sociedade Brasileira de História da Educação, e possui Pós-Doutoramento na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – PNPd/CAPES.

these women, but their collective histories and also the society in which they lived. We show that despite some confluences in the struggle for women's education, there were differences from Bertha Lutz's and Maria Lacerda de Moura's conceptions, because the trajectory of both has peculiarities leading to different world views.

**Keywords:** Feminist Movement. Maria Lacerda de Moura. Bertha Lutz.

---

## 1 Introdução

Este artigo focaliza as cartas enviadas por Maria Lacerda de Moura a Bertha Lutz no período de 1920 a 1922. As cartas foram encontradas a partir de uma pesquisa institucional<sup>3</sup> cujo objetivo foi identificar o ideário defendido pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino relativo à educação das mulheres. Respaldando-se na reflexão histórica, este estudo levou em consideração como metodologia a pesquisa bibliográfica e a análise documental.

Entre ofícios, telegramas, circulares, bilhetes, encontram-se as cartas de Maria Lacerda de Moura reunidas na correspondência recebida por Bertha Lutz de pessoas físicas e jurídicas. As cartas são parte de um conjunto documental pertencente ao Fundo Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino<sup>4</sup> que integra o acervo do Arquivo Nacional do Brasil, constituído, ainda, de relatórios, programas, publicações, recortes de jornais, boletins, dados biográficos, destacando-se a documentação sobre os congressos feministas realizados pela entidade<sup>5</sup>.

*Bertha Maria Júlia Lutz* (1894-1976) nasceu em São Paulo/SP, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do médico-cientista Adolfo Lutz. Realizou ações “impensáveis” para as mulheres do seu tempo, por exemplo, estudar na Universidade de Sorbonne, na França. Após estudos na Europa, voltou ao Brasil, em 1918, sendo no ano seguinte nomeada por concurso público para o cargo de secretária do Museu Nacional.

Em 1919, influenciada pelas lutas das mulheres europeias e americanas, Bertha Lutz iniciou uma luta pelo sufrágio universal. A adesão de outras mulheres, como Maria Lacerda de Moura, provocou a formação no Rio de Janeiro da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, posteriormente denominada Liga pelo

---

3 A pesquisa contou com o apoio financeiro da FAPERJ.

4 Termo aqui usado de acordo com a definição dada pelo *Dicionário de terminologia arquivística*, a saber: “Unidade constituída pelo conjunto de **documentos** acumulados por uma entidade que, no **arquivo permanente**, passa a conviver com **arquivos** de outras” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 40, grifos nossos).

5 Trata-se da 1ª Conferência pelo Progresso Feminino (1922); do 2º Congresso Internacional Feminista (1931); e do 3º Congresso Internacional Feminista (1936). Para obter mais informações a esse respeito, ver Bonato, 2005.

Progresso Feminino. Com a associação de mulheres de outros estados identificadas com a causa feminina proposta pela Liga formou-se a Federação das Ligas pelo Progresso Feminino.

Em 1922, após a participação de Bertha Lutz como delegada oficial do Brasil na “I Conferência Panamericana de Mulheres”, realizada em Baltimore, Estados Unidos, a Federação das Ligas tornar-se-ia a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), com sede no Rio de Janeiro. Neste ano, organizou com outras mulheres a 1ª Conferência pelo Progresso Feminino, ano de comemoração do Centenário da Independência do Brasil (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Bertha Lutz<sup>6</sup> entendia a organização feminina como necessária à luta pelo direito ao voto, ao ingresso no Serviço Público e ao acesso à universidade, entre outras bandeiras. No campo da educação e da cultura, discutiu o projeto de criação da Universidade do Brasil sugerindo o modelo de *campus* universitário americano. Propôs, também, a criação de museus escolares e do Conselho Nacional de Pesquisa e de Divulgação Científica (LÔBO, 2002).

*Maria Lacerda de Moura* (1887-1945) nasceu em Manhuaçu, Minas Gerais, primogênita de uma família modesta. Em Barbacena/MG, cursou a Escola Normal e lecionou “Pedagogia e Higiene”. Assumiu a presidência da Federação Internacional Feminina, entidade criada por mulheres de São Paulo e Santos, conforme se constata em suas cartas. Em 1921, nos estatutos daquela entidade, inseriu a proposta de modificação dos currículos das escolas femininas, incluindo a disciplina “História da mulher, sua evolução e missão social”. Publicou *A mulher é uma degenerada?* e *Ferrer, o clero romano e a educação laica*, entre outras obras que serão destacadas mais adiante.

Mirian Lifchitz Moreira Leite, no artigo *Quem foi Maria Lacerda de Moura*, diz ser o texto constituído de uma “apresentação preliminar dos elementos colhidos”, a partir de 1976, a respeito da militante em foco. A autora objetiva com a publicação “[...] provocar novos depoimentos e a reformulação dos dados, para tornar menos fragmentária a imagem desta ativista, autora e personagem de tantas lutas” (LEITE, 1979, p. 5).

## 2 A carta missiva como fonte: questões teórico-metodológicas

Como mencionamos na introdução deste artigo, utilizaremos a carta missiva como fonte. Gostaríamos de ressaltar que todas as fontes históricas são

---

6 A ativista também participou da criação da União Universitária Feminina, em 1929, ano que ingressou no curso de Direito, graduando-se em 1933. Também lhe é devida a fundação da Liga Eleitoral Feminina (BONATO, 2005).

construídas, são produções humanas; portanto, elas estão na origem do trabalho do historiador. De acordo com Demerval Saviani, “as fontes históricas não são a fonte da história [...], não é delas que brota e flui a história” (2004, p. 5-7). Para esse autor, todo material de pesquisa só adquire “[...] o estatuto de fonte diante do historiador que, ao formular o seu problema de pesquisa, delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas (SAVIANI, 2004, p. 7).

Porém, uma fonte não “fala” por si. Por isso, é preciso interrogá-la: o que torna as cartas um material significativo à investigação? Quais foram os motivos de sua existência? O que seus conteúdos podem sinalizar?

Carlos Ginzburg (1990) remete-nos a um paradigma indiciário; assim, é com esse olhar que entendemos as cartas como uma rica fonte documental, podendo apontar não apenas as histórias individuais dessas mulheres mas também suas histórias coletivas e, conseqüentemente, da sociedade em que viveram.

Em 1919, foi criada por um grupo de mulheres – entre elas, Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz –, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, constituindo-se como embrião da FBPF<sup>7</sup>. A análise das cartas missivas terá como eixo norteador, ainda que de forma inicial, uma discussão sobre a emancipação da mulher na visão das duas mulheres e o papel da educação e instrução nesse processo.

No aspecto formal a Lei nº 6/538 de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, em seu artigo 47, define carta como “[...] objeto de correspondência, com ou sem envoltório, sob a forma de comunicação escrita, de natureza administrativa, social, comercial, ou qualquer outra, que contenha informação de interesse específico do destinatário” (BRASIL, 1978).

Para Eliane Vasconcellos (1998, p. 7), as cartas missivas “têm caráter íntimo e/ou confidencial”. Nessa perspectiva, prossegue a autora:

Logo, as informações ali registradas fazem parte do espaço privado, inviolável. Em sua essência ela [a carta] é um gesto privado, não coletivo, envolvendo a pessoa que escreve, o autor ou signatário, a pessoa a quem é dirigida, o destinatário e muitas vezes uma terceira pessoa da qual se fala. (VASCONCELLOS, 1998, p. 8).

Vasconcellos (1998, p. 8) entende que: “A carta é a conversação com alguém que está ausente, na qual colocamos o que diríamos se estivéssemos presentes”; assim, as cartas podem trazer “[...] novidades do cotidiano, da vida política e pessoal, reflexões, confidências e expressões de sentimentos”, da época em que foram produzidas.

---

7 A Federação teve como membros de sua diretoria mulheres como Bertha Lutz, Jeronyma Mesquita, Esther Ferreira Vianna, Carmem Velasco Portinho, Maria Amália Bastos, Ormindia Bastos, entre outras (BONATO, 2005). Mantivemos os nomes grafados conforme aparecem no documento original.

Como responsável<sup>8</sup> pela organização de arquivos privados pessoais de escritores brasileiros<sup>9</sup>, Vasconcellos (1998, p. 11), no artigo “Carta missiva”, afirma que: “Trabalhar com cartas missivas requer cautela, pois temos de resguardar o direito daqueles que nos confiaram sua documentação”. Por isso, a autora recorre às seguintes palavras de Mário de Andrade: “Tudo será posto a lume um dia, por alguém que se disponha a realmente fazer a História. E imediato, tanto correspondência como jornais e demais documentos não “*opinarão*” como nós, mas provarão a verdade. (ANDRADE, 1944 apud VASCONCELLOS, 1998, p. 8).

O poeta, embora reconhecendo a importância da correspondência como fonte documental, por ser defensor da privacidade, faz o seguinte pedido a Manuel Bandeira: “As cartas que mando pra [*sic*] você são suas. Se eu morrer amanhã, não quero que vocês as publiquem” (BANDEIRA, 1967 apud VASCONCELLOS, 1998, p. 9). Bandeira não segue o pedido do amigo, sendo o primeiro a publicar as cartas<sup>10</sup>, considerando que a divulgação das cartas e de seu conteúdo como fontes de pesquisa é fundamental.

A correspondência permaneceu durante muito tempo sepultada nos arquivos públicos ou privados, só recentemente passando a ter valor como documento de maior importância. Os pesquisadores têm-se conscientizado de que podem encontrar neles dados relevantes: ela funciona como testemunho vivo de uma época, pode documentar uma história pessoal, registrar situações, ações e reflexões. (BANDEIRA, 1967, apud VASCONCELLOS, 1998, p. 9).

O pesquisador, ao trabalhar com esse tipo de documento como fonte, mesmo para aquelas cartas com depósito legal, não pode perder de vista que o seu conteúdo pode envolver vários sujeitos e fatos de caráter íntimo e pessoal.

Sendo a Federação uma pessoa jurídica e considerando que a trajetória de vida pessoal de Bertha Lutz confunde-se com a própria trajetória da entidade que presidiu, podemos afirmar que as cartas em foco – escritas por Maria Lacerda de Moura, ainda no período da Liga, para a Emancipação Intelectual da Mulher, foram acumuladas pela feminista na sua militância frente à entidade, assim localizadas em um *arquivo privado institucional* (FBPF), mas contendo, ao mesmo tempo,

---

8 Trata-se do Arquivo Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

9 O arquivo [privado] pessoal pode ser definido como um “[...] conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades ou, ainda, que as informações inéditas contidas nos seus documentos, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, tragam fatos novos às ciências, à arte e à sociedade” (BELLOTTO, 1991, p. 179).

10 Eliane Vasconcellos indica a obra de Newton Paulo Teixeira dos Santos. *A carta e as cartas de Mário de Andrade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

características de cunho pessoal devido à amizade existente entre a missivista e a destinatária, como se pode observar no teor das cartas.

Sobre arquivos privados a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados estipula:

Art. 11 – Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.

Art. 12 – Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

Art. 15 – Os arquivos privados identificados como de interesse político e social poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas. (BRASIL, 1991).

Conforme a Lei nº 8.159/91, ao ser depositado no Arquivo Nacional, o arquivo da FBPF foi reconhecido como de “interesse público e social” aberto, no momento da investigação à consulta pública; logo, de acordo com o artigo 14: “O acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social *poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor*” ((BRASIL, 1991, grifos nossos).

Contendo um conjunto “de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”, a consulta ao arquivo da Federação é importante para se estudar a história de emancipação feminina e nesta o papel da educação.

### **3 “Lendo” as cartas<sup>11</sup>**

É na rede de relações travadas por Bertha Lutz que vamos encontrar as cartas de Maria Lacerda de Moura. Interessa-nos os conteúdos e as particularidades reveladas na prática da escrita da missivista, mas também devemos estar atentos a aspectos como: o “suporte material da mensagem”; os “códigos sociais utilizados”; “a correção lingüística [*sic*]” (GOMES, 2000, p. 20), entre outros. Por exemplo, o tratamento usado para se dirigir ao destinatário, pode desvelar o tipo de relação que existe entre os correspondentes.

Nas cartas pessoais, Maria Lacerda de Moura dirige-se a Bertha Lutz como “Minha distinta amiga”, “Minha amiguinha”, “Minha cara amiguinha”, “Minha Bertha”, “Bertha”, assinando Mariazinha, Maria Lacerda de Moura, Maria L. Moura, M. L. Moura. Mas, enquanto Diretora Geral da Federação Internacional Feminina, dirige-se a Bertha Lutz da seguinte forma: “DD. Presidente da Liga para a Eman-

---

11 Mantivemos a grafia original das cartas nas citações.

cipação Intellectual da Mulher” e “Sra.”. Neste caso, mesmo quando institucional, as cartas demonstram a relação de respeito e admiração existente entre elas em prol de uma luta em comum: a emancipação feminina. Em um universo marcadamente masculino, à época dessas duas mulheres, temas como família, trabalho, educação, filhos, amizade, emancipação feminina são tratados.

Observa-se a troca de correspondência nas cartas. Na de 21 de outubro de 1920, Maria Lacerda dirige-se a Bertha Lutz como *minha cara amiguinha*, comentando: “Acabo de ler a sua gentil cartinha na qual deixa, como sempre, transparecer todo o seu sagrado entusiasmo pela causa da emancipação feminina. Isso é animadôr”. Esse início demonstra que uma carta foi respondida. E continua: “Vi sua entrevista em *A noite* – Parabéns!”. De maneira elogiosa, refere-se à escolha da amiga como diretora do *Departamento de Educação physica e hygienica* de uma determinada Associação. Acreditamos que a entrevista à qual Maria Lacerda se referiu pautou-se em torno do movimento feminista. E, expondo sua opinião sobre o movimento, acredita que associações como a *Christã* e a *Legião da Mulher* não atendem a suas aspirações em prol da emancipação feminina. Vejamos suas palavras na citada carta:

Tratemos do movimento feminista de que fala. Acho que tem razão: precisamos outra cousa além das Associações – Christã ou Legião da Mulher. O meu modo de vêr é o seguinte: não se trata agora de limitado campo como sejam – escolas domesticas ou estabelecimentos de philanthropia ou qualquer cousa de character local – o que de modo nenhum solucionaria a questão. A associação Christã como a Legião têm ainda limitado circulo de acção. Eu desejaria cousa muito mais ampla. (Carta de 21/10/1920).

Sendo mais enfática, revela que pretende expor em uma conferência que proferirá em novembro, no Rio de Janeiro, e a necessidade de se constituir um grupo enérgico composto de mulheres e homens para, através da propaganda – via palavra, imprensa e ação –, lutar pela educação *racional e científica da mulher*, o que demonstra seu contato com a pedagogia de Francisco Ferrer y Guardia<sup>12</sup>.

Embora tenha afirmado o seu propósito de não se filiar a nenhum partido político, isso “[..] não a impediu de se aproximar de grupos de ação política, por suas

---

12 Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909) nasceu em Barcelona, foi militante do movimento anticlerical e republicano, por isso foi expatriado para Paris, onde se engajou no movimento anarquista. Fundou em 1901, a Escola Moderna, em Barcelona, Espanha. A escola era mista e laica, nela praticava-se a pedagogia racionalista, baseada em métodos pedagógicos que usava a razão como meio e a ciência como guia. A intenção era buscar a felicidade do gênero humano, sem a exclusão de ninguém, cultivando a liberdade, a espontaneidade da criança, de modo que ela construísse o espírito crítico. Em 1909, em um período de grande ebulição na Catalunha, Ferrer y Guardia foi preso, julgado por um conselho de guerra, condenado à morte e executado. Síntese elaborada a partir das seguintes obras: *La Escuela Moderna: póstuma explicación y alcance de la enseñanza racionalista* (FERRER; GUARDIA, 1912); e *O racionalismo combatente*: Francisco Ferrer y Guardia (SAFÓN, 2003).

idéias [sic] e por suas relações de amizade e trabalho” (LEITE, 1979, p. 12); assim, demonstra ter afinidade com os anarquistas. De acordo com essa autora, Maria Lacerda de Mora no livro *Renovação* (1919), publicado ainda em Belo Horizonte, dedicara à Educação Nova um capítulo, onde fazia referência à Escola Moderna de São Paulo<sup>13</sup>, experiência educacional inspirada na Escola Moderna, fundada por Ferrer y Guardia, em 1901, em Barcelona, Espanha. Escola essa para os filhos de operários e orientada pelos princípios do anarquista que propunha uma educação integral (e, nela, a coeducação dos sexos) e social.

Na carta de 21 de outubro de 1921, revela sua preocupação com a influência do ideário religioso sobre as mulheres.

Não sei bem o que pensa a respeito, mas, quanto a mim, digo-o sem reservas, com a confiança que me merece: não acho muitas brasileiras capazes de dirigir esse movimento e digo ainda – poucos brasileiros estão nos casos de alcançar esse plano de acção, e me explico: em quanto a mulher Patrícia estiver sob a tutela do padre – impossível sua emancipação. Portanto, é preciso um trabalho enérgico, perseverante, gostoso para desvia-la aos poucos dessa escravidão mental. Viu o que se deu na Legião, naquela celebre reunião aonde o cardeal se fez representar? Tudo mais é assim e depois daquillo cada vez mais há lá confusão. O padre ou encampa o movimento ou impede o seu desenvolvimento e, de tal maneira que fica de fora: é a mulher a sua arma a favor ou contra as próprias irmãs. Nada disso se diz tão claramente, quando o nosso fito é a catechese, até que ella própria compreenda e sinta a necessidade de pensar livremente. Isso seria contra-producente. O seu captiveiro é tal que ella se revoltaria contra quem a quizesse libertar do jugo formidável, absorvente. (Carta de 21/10/1920).

O conteúdo desse trecho da carta demonstra o contato de Maria Lacerda Moura com a discussão sobre uma sociedade laica, sem o jugo dos princípios do catolicismo. Em 1922, ela participou com os anarquistas da Liga Anticlerical<sup>14</sup>. Uma de suas principais atividades era a realização de conferências, com temas sobre o amor livre, o antimilitarismo, os direitos da mulher, o fascismo e a educação. Engajou-se na luta contra todas as formas de autoritarismo privado ou público, colaborou com a imprensa operária e anarquista, pois escrevia no jornal *A Plebe*<sup>15</sup>

---

13 A primeira Escola Moderna brasileira foi fundada em maio de 1912, em São Paulo, e seu diretor era o professor João Penteadado, um anarquista, admirador de Ferrer y Guardia. A escola utilizava o método racional e praticava a coeducação de sexos e de classes sociais. A escola foi fechada em 1919 (LUIZETTO, 1986).

14 As Ligas Anti Clericais foram organizações políticas criadas em várias cidades brasileiras, nas primeiras décadas do século XX, com o intuito que combater os dogmas religiosos e lutar por uma sociedade laica. Participavam destas Ligas: maçons, ateus e anarquistas. Em 21 de fevereiro de 1911, criou-se a Liga Anti Clerical do Rio de Janeiro e seus estatutos foram publicados em 1912 (CARNEIRO; KOSSOY, 2003).

15 O jornal *A Plebe* de inspiração anarquista começou sua publicação em 1917 e, apesar das dificuldades, continuou sua publicação até 1950.

e fundou, em 1923, a revista *Renascença*<sup>16</sup>. Ela buscava não se render aos princípios estabelecidos na sociedade para as mulheres; por isso, lutou pela autonomia e o livre pensamento.

Devemos destacar que a questão da educação era uma preocupação constante nos escritos de Maria Lacerda Moura. Em 1912, em Barbacena, participou da fundação da Liga contra o Analfabetismo. Publicou, em 1918, o livro *Em torno da Educação* e, em 1919, a obra *Renovação*. No livro *Em torno da Educação*, analisa as questões educacionais, principalmente o analfabetismo, pois na data de publicação desta obra cerca de 80% dos brasileiros eram analfabetos; e mostra como a educação era fundamental para a emancipação feminina. Já no livro *Renovação*, ela demonstra preocupação com a exclusão do povo do processo sociopolítico.

A militante idealiza a fundação de uma universidade com núcleos em todo o país, não se limitando ao Rio de Janeiro, onde o ensino fosse *racionalista e científico*, assim acredita ser possível desenvolver nas mulheres a capacidade de continuidade da luta pela emancipação. O importante é fazer correr em todo o país o *frisson d'enthousiasmo*. Na carta à amiga Bertha, Maria Lacerda Moura assim se expressa:

Mas o plano deveria ser a fundação, sem esmorecimento, apesar de todas as horripilantes dificuldades, a fundação de uma escola superior ou melhor uma Universidade com ensino racionalista, científico para o desenvolvimento das faculdades de raciocínio e julgamento, espírito crítico de mulheres já instruídas ou moças inteligentes e enérgicas, núcleo capaz de continuar a propaganda. A fundação de escolas filiadas a esta em todos os estados. Propaganda activa em todas principais cidades do interior, arregimentando as mulheres todas num gesto de solidariedade. Propaganda pela imprensa: pelo menos boletins quinzenais em grande quantidade espalhadas por toda parte. Chamar a postos tantos corações generosos de mulheres brasileiras – interessando-as no movimento. Nada disso se pode limitar ao Rio [Janeiro] – o problema é fazer correr um frisson d'enthousiasmo por todos os recantos desse grandioso Brasil. (Carta de 21/10/1920).

Em sua opinião, a filantropia e as creches deveriam ser deixadas para outras associações e não para a Liga Brasileira para a Emancipação Feminina. A causa da entidade deveria pautar-se na luta pela educação da mulher, pois assim estaria garantida a emancipação desta. Consulta Bertha Lutz sobre a ideia da fundação desse núcleo de propaganda em prol da luta pela emancipação feminina, podendo até ser fundado no Rio de Janeiro.

Que tal a ideia da fundação no Rio [de Janeiro] desse núcleo de propaganda e desse systema de trabalhar pela emancipação da mulher patricia? Estamos todas

---

16 A Revista *Renascença* – Revista de Arte e Pensamento, editada por Maria Lacerda de Moura, teve cinco números publicados (LEITE, 1979).

trabalhando despersivamente e as mulheres não sabem bem o que querem. Ensinar-lhes o objetivo, a acção, o modo de vencer – eis o que devemos tentar. (Carta de 21/10/1920).

Acredita que as mulheres estão desorganizadas, dispersas, entretanto há a possibilidade de se ensinar-lhes a lutar pela libertação. Entusiasticamente diz à amiga na carta que, se realmente deseja incentivar a “fundação dessa Liga Brasileira para a emancipação intellectual feminina”, estará pronta a colaborar e apresentar a sua proposta de programa na conferência de novembro no Rio de Janeiro. Referindo-se à Bertha Lutz, diz: “E ficará no Rio minha amiguinha para continuar a obra”.

Acredita que a organização da reunião no Rio de Janeiro, com a ajuda de outras pessoas, irá inaugurar o movimento emancipador. Na carta, previne à amiga para ter cuidado com os outros oradores, pois “nem sempre a ilustração quer dizer emancipação”. Finalizando, solicita: “Escreva-me logo que receber esta carta para que eu tenha tempo de escrever minha conferência”; porém, se a amiga não concordar com suas ideias, a desencoraje a fazer a conferência, pois “somos irmãs de ideal”, diz.

Na lateral da folha faz uma solicitação: – “Olha: pergunte a Armandinha<sup>17</sup> pela poetisa Laura da Fonseca e Silva<sup>18</sup> – seria excelente elemento nessa campanha”. Fornecendo o endereço da indicada, continua a apresentação da poetisa: “É uma das minhas melhores amigas; por ela – tudo se fará, é bastante enérgica, inteligente, emancipada e indomável”.

Na carta de 13 de maio de 1921, dirige-se a Bertha de forma afetuosa, agradecendo pela atenção dispensada a ela e ao marido. Embora não esclarecendo o porquê do agradecimento, tudo indica que foi devido à sua estada no Rio de Janeiro para proferir conferências em prol da emancipação feminina. Sobre a *Liga*, diz muito ter escrito sobre, mas considera que seria interessante, como melhor

17 Talvez se referindo a Armanda Álvaro Alberto, filha de Maria Teixeira da Mota e Silva e do cientista Álvaro Alberto e Silva. Armanda Álvaro Alberto nasceu em 10 de junho de 1892, no Rio de Janeiro/RJ. Educadora e ativista política, fundou a Escola Proletária de Meriti, em Duque de Caxias/RJ, em 1921, mudando sua denominação para Escola Regional de Meriti, em 1924. Neste ano, Armanda participou do movimento pela criação da Associação Brasileira de Educação (ABE). Em 1935, fundou a União Feminina do Brasil, sendo sua primeira Presidente. Esposa de Edgar Sussekind de Mendonça, assinam, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Faleceu em 5 de fevereiro de 1967 (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

18 Conhecida como Laura Brandão, sobrenome herdado do companheiro Otávio Brandão, embora o casal não tenha oficializado a união. A ativista política e poetisa Laura Adelaide Leopoldina da Fonseca e Silva nasceu em 1891, no Rio de Janeiro. Faleceu em Ufá, Bpckhiria, região da antiga União Soviética, em 1942. De família influente, assim como Bertha Lutz, trabalhou na Seção de Antropologia do Museu Nacional. Foi, ainda, professora do Instituto Lafayette e do Colégio Batista, ambos localizados no bairro da Tijuca do Rio de Janeiro. Deu aulas particulares aos filhos do líder anarquista José Oiticica. Colaborou com o jornal comunista “A classe operária” e participou, em 1928, da fundação do Comitê das Mulheres Trabalhadoras. Consta no *Dicionário Mulheres do Brasil*, que Laura “[...] era amiga íntima da militante anarquista e feminista Maria Lacerda de Moura” (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 312).

propaganda, a publicação de três conferências que proferiu no Rio de Janeiro, assumindo o compromisso de distribuí-las.

Comunica que ela e o marido pretendem mudar-se de Barbacena para São Paulo ou Rio de Janeiro. Provavelmente São Paulo; afinal, para o marido, há uma possibilidade de emprego e preferem o clima de lá. No seu caso, fora convidada para trabalhar em um colégio. “É que meu marido só conta consigo e quer se colocar primeiro do que eu”.

Mudando de assunto, pergunta se viu o jornal *A Noite* e nele o projeto de voto feminino. “É meio caminho, não?”. *A Noite* seria o jornal que no Rio de Janeiro viria publicar a notícia de sua morte em 3 de abril de 1945.

Se neste momento da carta considera positiva a luta pelo sufrágio universal, em *Amai e... não multipliqueis* (1932) já adotara outra perspectiva ao olhar para a questão.

Passara a considerar o “feminismo” uma palavra que resvelara para o ridículo e perdera o sentido. Transformar-se-á numa arma da ‘civilização unissexual [...]’. Em que consiste a emancipação feminina? *De que vale o direito de voto por meia dúzia de mulheres no Parlamento*, se essas mesmas continuam servas em uma ordem social de senhores e escravos, explorados e exploradores, patrões capitalistas e assalariados? (MOURA ano? apud LEITE, 1979, p. 9, grifos nossos).

Aproveita a parte superior da carta, utilizando uma letra em tamanho menor, para informar que escreveu a uma revista de São Paulo sobre a “Liga”, recebendo adesões à ideia de norte a sul do país. Guarda os papéis para arquivo, parecendo preocupar-se com a preservação da memória do seu pensar e agir em prol da emancipação feminina.

Na carta de 11 de junho de 1921, *Mariazinha* dirige-se a *Minha Bertha* para elogiá-la por uma resposta dada “as idéias de tal positivista”. Embora na carta não especifique, parece que o criticado não era um defensor da causa feminina: “Parabéns vibrantes de entusiasmo. Foste de uma felicidade inaudita naquella resposta”. No plano pessoal, nesta carta, solicita para que Bertha, com seus conhecimentos e prestígio, consiga uma colocação de emprego para o marido no Rio de Janeiro, aparentando que o plano de ir para São Paulo, pelo menos até aquele momento, não havia se concretizado. Reforça que quanto a ela, não há essa preocupação, pois acredita arrumar emprego sem muita dificuldade.

Conforme Céli Regina Jardim Pinto, a militante feminista Bertha Lutz “tinha reconhecimento e trânsito na elite política da época” (PINTO, 2003, p. 23). Sendo oriunda da elite intelectual e econômica brasileira, para Bertha não seria difícil atender à solicitação da amiga.

Maria Lacerda termina a carta de 11 de junho com “Saudações affectuózas”. Merece destaque o “p.s” onde informa que: “Com a saída de Arthur Bernardes para o Governo – sahem de Barbacena o Collégio Militar e o Gynnmasio”.

No plano pessoal, em *A mulher é uma degenerada*, de 1924, Maria Lacerda assim se coloca:

Casei aos 17 anos. Antes, estudei o que a gente sabe para não ficar analfabeta. As minhas colegas de Escola Normal de Barbacena estão por aí abarrotadas de filhos – tipos autênticos de criadeiras, de mães de família; minha irmã teve cinco e três prematuros. (MOURA ano? apud LEITE, 1979, p. 7).

Casada aos 17 anos, na obra *Em torno da educação* (1918), diz: “Infelizmente não sou mãe e considero-me na obrigação de preencher, de maneira digna, este vácuo que me vai n’alma. Outro assumpto que não seja educação, me não empolga” (MOURA ano? apud LEITE, 1979, p. 7).

Na carta datada de 21 de junho de 1921, avisa a Bertha ter lido “sua cartinha”, agradecendo “de coração a bôa vontade”. Ainda trata da colocação do marido no Rio de Janeiro. “Sei que a vida no Rio está difícil, muito cara, por isso mesmo, melhor do que nós, sabes com quanto poderemos viver: somos 4 pessoas: levarei os meus filhinhos adoptivos”. Não podendo engravidar, Maria Lacerda adotou uma menina e um sobrinho. Diz Leite (1979) que, em alguns fragmentos de um livro escrito pela militante, provavelmente da obra *Renovação* (1919), assim se apresenta para seus leitores:

Sempre cosi toda a roupa branca dos meus – as camisas de noite e os pijamas de meu marido, as roupas das camas e de mesa, *as roupas dos filhinhos adoptivos*, os meus vestidos, e saibam leitores meus, – por prazer e por economia.

*Quantas vezes deixo a penna para limpar os moveis*, para ver a sobremesa de que gosta meu marido, para “bater um bolo” que faça o chá mais agradável, *para dar um banho no filhinho*, serzir as meias ou lavar algumas roupas mais finas?

Desculpem-me – leitores meus – se tanto falo de mim, é exclusivamente para mostrar que a minha Penna não fez a infelicidade de um lar, pelo contrário – quantas vezes eu me submeto às exigências domesticas? (MOURA ano? apud LEITE, 1979, p. 8-9, grifos nossos).

Portanto, Maria Lacerda de Moura ao defender a sua “pena”, o seu trabalho de escritora e militante pela emancipação feminina, entre outras causas pelas quais lutava, não nega o seu papel de mulher, o de esposa e o de mãe. Mãe que desejara ser e, quando não conseguiu, adotou os filhos, mas não deixando de mostrar que essa posição de mãe e esposa não é um papel social permanente e natural. Para ela, a mulher não deve apresentar uma postura servil, ela deve ter a consciência de si e de seu corpo.

No livro *Religião do Amor e da Belleza*, defende a maternidade consciente (MOURA, 1929). Nessa obra, Moura disserta de modo peculiar sobre a maternidade e afirma que a mulher deve ter a liberdade de escolher o pai de seu filho e também de quando deseja ser mãe (MIRANDA, 2006). Defende a concepção de *Maternidade espiritual*, que seria uma espécie de religião. Dizia: “se eu tivesse que optar por uma religião, escolheria a Religião da Maternidade espiritual que é a religião do Amor e da Belleza” (MOURA, 1929, p. 49).

Em *Civilização – tronco de escravos* (1931), indica querer reforçar a sua condição feminina, aparentemente criticada de forma preconceituosa devido à sua *penna* e militância em prol da emancipação feminina, sua forma de ver e viver a vida.

[...] quando escrevo os meus panfletos e nas entrelinhas não vêem a minha alma essencialmente feminina a maneira de sentir e de viver – batizam-se com todos os adjetivos capazes de mudar o meu sexo... Muita gente precisa me conhecer pessoalmente para se capacitar de que sou mulher, de que tenho a natureza delicada do meu sexo. Dois pesos e duas medidas. É a reação masculina procurando impedir a evolução feminina. (MOURA ano? apud LEITE, 1979, p. 11).

Na carta de 21 de junho de 1921, menciona as conferências que proferirá em São Paulo e repetirá em Santos. A segunda conferência intitulada “A Questão Social e a Emancipação Intellectual Feminina” está “dentro do nosso programma”, diz. Lembra que, em carta anterior, solicitou que comparecesse uma representante da *Liga* visando a tomar notas para propaganda em jornais e revistas paulistas e cariocas. “É preciso agitar as opiniões em torno da nossa questão”. E pergunta: “Que agitação feminista é essa em São Paulo?”, considerando o movimento ainda apático. Indaga se Bertha deseja que ela faça alguma coisa em nome da *Liga*.

Em outra carta, datada de dezembro de 1921, de caráter oficial, como Directora Geral da “Federação Internacional Feminina” escreve a “Sta. Bertha Lutz, DD. Presidente da Liga para a Emanicpação Intellectual da Mulher” comunicando a fundação, no estado de São Paulo, da Federação Internacional Feminina, que tem como objetivo “a educação intellectual e moral da mulher para sua completa emancipação intellectual”. Deixa claro que os ideais da Federação “[...] se confundem com os vossos, estão dentro do programma da Liga para a Emancipação Intellectual da Mulher”. Chama a amiga para a luta coletiva, conjunta, entre as associações por elas presididas e com objetivo comum – a emancipação feminina: “Vimos, pois, estender-vos as mãos para o trabalho em conjunto em prol desses ideaes – tão bem defendidos pela clarividencia do vosso formoso talento e da vossa energia consciente” (Carta de 12/1921).

Assim, por divergências de ideias, Maria Lacerda de Moura acabou afastando-se do grupo da Federação. Mudando-se para São Paulo:

[...] ficou indignada ao se deparar com as condições de vida do proletariado paulista. Abandonou, então, o discurso ameno e reformista do grupo ligado a FBPF e optou por maneiras mais contundentes de atuar politicamente, envolvendo-se intensamente com o movimento operário anarquista. Assumindo a presidência da Federação Internacional Feminina, entidade criada por mulheres de São Paulo e Santos. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 399).

Leite (1979, p. 10). acredita que “A mudança para São Paulo não proporcionou a Maria Lacerda de Moura apenas a vivência da industrialização e da urbanização. Envolveu-a na fermentação provocada pelas notícias da Revolução Russa de 1917”. Ao mesmo tempo, passou a perceber mais de perto os movimentos operários e o processo de exploração vivenciado pelos trabalhadores das indústrias, “[...] com um salário baixo para homens e mínimo para mulheres e crianças, trabalhando um número excessivo de horas sem qualquer proteção técnica e legal contra acidentes de trabalho [...]” (p. 10).

Em *Amai e... Não vos multipliqueis* (1932), Maria Lacerda de Moura afirma: “A piedade das senhoras caridosas não vê, não sabe da luta dantesca de uma pobre moça do povo que resvala na miséria mais negra si não cai nos braços escancarados da prostituição “necessária” nesta sociedade bestial e moralitheista [*sic*]” (MOURA ano? apud LEITE, 1979, p. 10).

O ano de 1922 foi marcado pelas homenagens ao Centenário da Independência do Brasil; pela realização da Semana de Arte Moderna, em São Paulo; pela criação do Partido Comunista Brasileiro; pela revolta do Forte de Copacabana, depois conhecida como a “Revolta dos Dezoito do Forte”, pelos militares, na capital federal (NAGLE, 2001). O ano também foi marcado pelo crescimento do feminismo e pela criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, entidade presidida por Bertha Lutz, tendo como principal bandeira de luta a conquista do sufrágio universal: “Como o descontentamento político e os protestos contra a oligarquia arraigada cresciam, tornava-se maior a possibilidade de direito ao voto feminino encontrar seu lugar em meio às exigências de reforma eleitoral da classe média urbana” (HAHNER, 2003, p. 269).

O sufrágio universal era uma bandeira de luta já levantada após a instauração da República, mas que foi negada pelo Congresso Constituinte em 1891 (PORTINHO, 1999; HAHNER, 2003).

Maria Lacerda de Moura afastou-se do grupo da Federação, mas não de Bertha Lutz e da luta em prol da emancipação feminina. Escrevendo à amiga, em 22 de agosto de 1922 nos dá uma visão dos acontecimentos em prol da emancipação feminina e a participação das duas nesse movimento. Pergunta *Mariazinha* se *Bertha* irá a São Paulo do dia 27 de agosto quando seria inaugurado o “1º Congresso

Brasileiro de Protecção á Infância” e o “3º Congresso Americano de Criança?” E explica o motivo da pergunta: não poderia participar dos eventos, porém apresentou para o 1º Congresso a tese “as vantagens da educação intellectual e profissional da mulher na vida pratica das sociedades” e soube, através do D. Moncorvo<sup>19</sup>, que será discutida. Entendendo ser uma *these forte*, na carta faz o seguinte pedido:

Desejaria que, se possível, fosses ao Congresso ou pelo menos que assistisses á discussão, ou ainda mandasses lá alguém capaz de estar ao nosso lado – caso seja atacada. Terás todas as informações com o D. Moncorvo, e a discussão e o barulho em torno da questão nos interessam enormemente. (Carta de 22/8/1922).

Se por um lado fez um pedido de tanta responsabilidade; por outro, propôs que a amiga adiasse seus planos de ida a São Paulo para setembro quando poderia propiciar-lhe mais atenção e com mais oportunidade “[...] de trabalhar pela imprensa para movimentar ainda mais a curiosidade em torno do seu trabalho”, já que, no momento, encontrava-se em preparativos de mudança. A possibilidade torna-se plausível, pois, segundo ela: “Todos estão voltados para o Rio [de Janeiro]”, preocupados com as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, ano em que aconteceria a 1ª Conferência pelo Progresso Feminino. Pedindo opinião sobre o que solicita, continua: “Não seja ingrata – duas linhas apenas. Estou cheia de saudades e afflicta por saber do Congresso de Baltimore e da sua viagem”, referindo-se à “I Conferência Panamericana de Mulheres”, realizada em Baltimore, Estados Unidos, da qual Bertha Lutz participou.

Nesta carta, ainda nos dá pistas sobre o enfraquecimento do grupo de Santos “Não dá mais o Grupo de Santos: o movimento lá se extinguiu... Falta convicção, minha Bertha! É preciso que a gente esteja á frente para manter o fogo sagrado. Venha, minha amiga, temos muito que conversar. Espero tua resposta” (Carta de 22/8/1922).

Começa a carta informando o envio, em anexo, de um ofício da Federação Internacional Feminista. Em papel timbrado da entidade, agora como Maria Lacerda de Moura, Diretora Geral da Federação Internacional Feminina, dirige-se a Sra. Bertha Lutz, DD. Presidente da Liga para a Emancipação Feminina. Dizendo-se sabedora da passagem de Bertha por São Paulo “[...] no intuito de fazer algumas conferencias em pról das ideias que abraçaes, tão superiormente”, solicita para que uma das conferências seja proferida “sob seus auspícios”. Aproveita a oportunidade para “em nome da Federação e em [seu] próprio nome”, enviar “os

---

19 Trata-se do médico higienista Arthur Moncorvo Filho, que apresentou “Breves considerações sobre um programma de protecção á infancia” na 1ª Conferência pelo Progresso Feminino (BONATO, 2005).

protéstos da nossa admiração e *sympathia*”, revelando, dessa forma, o respeito pela amiga. Destaca-se que o timbre do documento oficial com o nome da entidade “Federação Internacional Feminina – Grupo de São Paulo” e endereço, demonstra a mudança deste. Observa-se impresso o seguinte endereço da Sede Provisória: Rua da Liberdade, [1?8], porém riscado e ao lado manuscrito “Sta. Thereza, 11”.

Embora as cartas demonstrem o entusiasmo de Maria Lacerda de Moura em prol da luta pela emancipação feminina e a admiração por Bertha, seu nome não aparece entre as fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922.

#### **4 Considerações finais**

Como Bertha Lutz foi influenciada pelos movimentos feministas europeu e americano, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino teve como principal bandeira de luta a conquista do sufrágio universal, o qual somente foi conquistado em 1932. Em fevereiro desse ano, o presidente Getúlio Vargas assinou o novo Código Eleitoral, onde estava previsto o direito de voto às mulheres.

Em 1933, Bertha concorreu pelo Partido Autonomista à Assembleia Nacional Constituinte, não se elegendo. Em 1934, tentou mandato à Câmara Federal, novamente não se elegendo; porém, ficando como primeira suplente, vindo a ocupar a vaga em 28 de julho de 1936, deixada pelo titular, Cândido Pessoa, que falecera.

Assim as trajetórias de Bertha Lutz e de Maria Lacerda de Moura apresentavam diferenças substanciais, enquanto Bertha Lutz via a emancipação feminina pelo aspecto legalista e representativo, Maria Lacerda de Moura passa a entender a luta pelo sufrágio universal como elitista. Esta última apresentava afinidade com ideias anarquistas; por isso, enfrentou discussões sobre a questão do sufrágio universal, do papel do Estado e também dos dogmas religiosos. Dessa forma, afastou-se do movimento feminista “[...] quando passou a acreditar que a luta pelo direito ao voto significava apenas um avanço pontual na condição feminina e que beneficiaria principalmente as mulheres de elite, sem, contudo, abalar as estruturas patriarcais” (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p. 400).

Na percepção de June Edith Hahner, a luta pelo sufrágio feminino no Brasil

[...] foi essencialmente um movimento de classe média em prol de uma mudança judicial para garantir o voto daquelas mulheres que haviam alcançado a mesma qualificação que os homens, não uma tentativa de revolucionar o papel da mulher na sociedade, nem a própria sociedade em si. (HAHNER, 2003, p. 31).

Na série de congressos feministas organizados pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, entre os anos de 1922 e 1936, embora fossem discutidos “[...]”

problemas relativos à pobreza nas camadas populares urbanas (condições mínimas de trabalho e licença maternidade, entre outros)” (HAHNER, 2003, p. 340), poucas trabalhadoras compareciam, devido à sua realização em momentos inadequados e lugares de difícil acesso para a maioria delas.

Outro aspecto que distanciou as concepções de Maria Lacerda Moura das posições de Bertha Lutz sobre a emancipação feminina talvez tenha sido a defesa com ardor de transformações profundas nas relações entre homens e mulheres, que deveriam estar baseadas na liberdade, princípio defendido pelos anarquistas; além disso, Maria Lacerda Moura avançou e aprofundou essa ideia concebendo o amor plural, com base em Han Ryner<sup>20</sup>, como podemos constatar nesta passagem do livro *Religião do Amor e da Belleza*:

Uma mulher póde amar alguns homens ao mesmo tempo, amar a cada um com a ternura proporcional a seus predicados mentaes e Moraes e em razão directa dos seus sentimentos de retribuição desse affecto. É o amor espiritual, alargando-se, num circulo immenso, para o único e verdadeiro Amor, puro, grande, consciente. (MOURA, 1929, p. 98).

Porém as diferenças de ideias em torno da emancipação feminina não acabaram com a amizade entre as duas militantes, pelo menos no período das cartas. Em 1928, Maria Lacerda de Moura separou-se do marido Carlos Ferreira de Moura, presença marcante nas cartas para Bertha. Então, mudou-se para a colônia agrícola anarquista de Guararema, em São Paulo, onde viveu por sete anos participando da vida comunitária. Em 1935, alegando ameaça de infiltração fascista no Brasil, a colônia foi invadida, sendo as casas vasculhadas e os livros queimados pela repressão policial do governo de Getúlio Vargas. O companheiro de Maria Lacerda, o argentino A. Néblind, foi preso e posteriormente deportado. Com isso, ela “[...] passou a viver na clandestinidade, mudando-se para o Rio de Janeiro, onde morou na Ilha do Governador e na rua Mem de Sá, no centro da cidade” (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 400).

Ainda conforme esses autores, a decretação do Estado Novo, em 1937, encerrou a carreira de Bertha Lutz como parlamentar e moderou a capacidade de mobilização da FBPF, entidade de cuja direção ela foi se afastando aos poucos.

---

20 Han Ryner é o pseudônimo de Jacques Élie Henri Ambroise Ner, filósofo anarquista. Nasceu na Argélia, em 7 de dezembro de 1861. Faleceu em Paris, em 6 de fevereiro de 1938. Seguiu as ideias estoicas e o epicurismo. Seu pensamento influenciou Maria Lacerda de Moura que divulgou suas concepções filosóficas no Brasil.

## Referências

A PLEBE (verbete). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PLEBE,%20A.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso: uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1-2, p.131-146, jan./dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 6/538, de 22 de junho de 1978. Dispõe sobre os Serviços Postais. *Diário Oficial da união*, Brasília, DF, 23 jun. 1978. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6538.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6538.htm)>. Acesso em: 17 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. In: MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Roteiro para implantação de arquivos municipais*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Porto Calendário, 1996.

CAMARGO, Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado de Cultura, 1996.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (Org.). *A Imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo do Estado, 2003.

FERRER Y GUARDIA, Francisco. *La Escuela Moderna: póstuma explicación y alcance de la enseñanza racionalista*. Barcelona: Ediciones Solidaridad, 1912.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, Ângela de Castro. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Capanema: o ministro e o seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 13-47.

HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Tradução de Eliane Lisboa; apresentação de Joana Maria Pedro. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HAN Ryner (1938-186) – *On ferme!* 14 out. 2014. Disponível em: <<http://hanryner.over-blog.fr/>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

LEITE, Mirian Lifchitz Moreira. Quem foi Maria Lacerda de Moura. *Educação e sociedade*, São Paulo, n. 2, p. 5-2, jan. 1979.

LÔBO, Yolanda Lima. Bertha Maria Júlia Lutz (verbete). In: FÁVERO, Maria de Lourdes; BRITTO, Jader de Medeiros (Org.). *Dicionário de educadores no Brasil*. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002.

LUIZETTO, Flávio Venâncio. O movimento anarquista em São Paulo: a experiência da Escola Moderna nº 01 (1912-1919). *Educação e Sociedade*. São Paulo/Campinas: Cortez/CEDES, nº 24, ago. 1986.

MIRANDA, Jussara Valéria de. “Recuso-me”! – Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

MOURA, Maria Lacerda de. *Religião do amor e da beleza*. 2. ed. São Paulo: O Pensamento, 1929.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTINHO, Carmem. *Por toda a minha vida/Carmem Portinho*. Depoimento a Geraldo Edson de Andrade. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

SAFÓN, Ramón. *O racionalismo combatente*: Francisco Ferrer y Guardia. São Paulo: Editora Imaginário – IEL, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR; Curitiba: PUC-PR; Palmas: UNICS; Ponta Grossa: UEPG, 2004. p. 3-12 (Coleção Memória da Educação).

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.). *Dicionário mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

VASCONCELLOS, Eliane. Carta Missiva. *Revista arquivo & administração*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-13, jan./jun. 1998.

**Submissão em:** 10/02/2016.

**Aprovação em:** 25/05/2016.